

# Boletim

# CR/RR

AGOSTO/2016





# AGENDA

## APEOESP

### AGOSTO

01

Mobilização  
contra a  
aprovação do  
PLP 257/16 -  
Brasília

04

Reunião  
Ordinária de  
RRs

04 e 05

Reunião do  
CNE- CNTE

11

Reunião da  
Diretoria  
Estadual Plena

12

Reunião  
Ordinária do  
CER

12 e 13

Conferência  
Estadual das  
Mulheres da  
APEOESP

## CUT

### AGOSTO

05

Marcha  
Nac. pelo Fora  
Temer e  
Denúncia  
contra o  
Golpe, na  
abertura das  
Olimpíadas

09

Jornada Nac.  
pelo Fora  
Temer em  
todas as  
capitais

24 a 29

Ato nacional  
em Brasília no  
período da  
votação final  
no Senado

## CNTE

### AGOSTO

01

Mobilização  
contra a  
aprovação do  
PLP 257/16 -  
Brasília

01

Sem. Nac.  
Depto. de  
Especialistas

02

Sem Nac de  
Saúde  
do Trabalhador  
em Educação

04 e 05

Reunião do  
CNE

12 a 14

2º Encontro  
Nac. de Jovens  
Educadores

# I. Conjuntura

O contexto internacional tem se caracterizado pela continuidade da crise econômica, no que vem sendo designada por alguns autores como a “grande contração”. Como em outros momentos de crise do capitalismo, os países de economia centrais e o grande capital internacional aliado ao grande capital nacional dos demais países procuram adotar medidas de cunho recessivo, pelas quais os trabalhadores, mais uma vez, pagam a conta.

Desta forma, a crise surge como uma grande oportunidade para que o capital, internacional, em especial, avance sobre os direitos sociais e dos trabalhadores, reduzindo direitos, aprovando alterações que permitam uma maior flexibilização na legislação, de forma a facilitar uma maior desenvoltura das empresas para obterem maiores lucros, com prejuízos sociais e ambientais. Também avançando sobre o Estado, através de medidas de cunho privatizantes, como terceirização de serviços públicos, como a saúde e a educação e impondo legislações que permitam que empresas privadas, inclusive internacionais, possam atuar com maior desenvoltura em áreas como a petrolífera, mas também da exploração e controle do acesso à água potável.

O avanço das forças econômicas em detrimento dos interesses dos trabalhadores vem provocando inúmeros conflitos em todo mundo. Um exemplo latente são as ações do governo francês François Hollande no sentido de promover uma intensa reforma trabalhista retirando direitos e jogando os trabalhadores num cenário de total insegurança.

Todavia, os trabalhadores vem desenvolvendo uma série de protestos em toda a França e estão preparando uma nova greve geral contra esta reforma trabalhista. Este movimento tem contado com o apoio de amplos setores sociais, dos quais tem se destacado a participação de estudantes nas manifestações, em ocupações de escolas.

Da mesma forma como na França e em outros países, no Brasil os trabalhadores vem se mobilizando contra a perda de direitos trabalhistas e sociais. Centrais sindicais também têm se mobilizado contra uma série de projetos de lei que estão na pauta de votação ou serão encaminhados pelo governo interino Temer, que apontam para a perdas de direitos trabalhistas e sociais, bem como para a redução do papel do Estado na sociedade. Como parte destas mobilizações, os trabalhadores, através de seus sindicatos e cen-

trais sindicais já apontam para uma greve geral como forma de evitar este retrocesso.

## **Incertezas**

Este avanço de medidas recessivas vem acompanhado do avanço conservador no plano político. Como exemplo, citamos a vitória do Partido Popular na Espanha, um partido conservador; a quase eleição do candidato ultradireitista na Áustria, a qual ainda depende de um novo pleito em outubro e mais recentemente, a saída do Reino Unido “Brexit” da União Européia. Este último acontecimento vem provocando reações em toda Europa, onde movimentos pró-saída da União Européia, leia-se anti-imigrantes, ganharam fôlego com este resultado. Porém, o alcance deste resultado foi mais amplo, provocando incertezas em todo o mundo, quanto ao que se reserva para o cenário mundial num futuro próximo.

É preciso um pouco mais de cuidado com algumas análises apressadas sobre os desdobramentos da tentativa do golpe militar na Turquia, pois algumas avaliações têm procurado estabelecer uma singularidade entre a reação ao golpe na Turquia e o golpe imposto ao governo da presidenta eleita Dilma Rousseff no Brasil.

De início é preciso esclarecer que o governo Recep T. Erdogan, apesar de eleito, possui uma agenda bastante conservadora e neoliberal, e o seu fortalecimento após derrotar parcela das forças armadas que tentaram derrubá-lo, deve concentrar mais poderes na sua figura, reduzindo os poderes do judiciário e do legislativo. Assim, se por um lado temos a tentativa de se retirar pela força um presidente eleito e instalar um governo militar – vale lembrar que a Turquia já possui um rico histórico de golpes militares nas últimas décadas – do outro lado, apesar do apoio de movimentos sociais, inclusive da esquerda ao presidente eleito para que não se confirmasse o golpe militar, o mesmo não representa um projeto que atenda aos interesses da classe trabalhadora. No caso do Brasil, o projeto conservador e neoliberal tem como representante o governo golpista do presidente interino Michel Temer.

## Onda conservadora

Na América do Norte, o cenário de incertezas não é diferente. A escolha da candidatura de Donald Trump pelo Partido Republicano nos EUA reflete, também, um ambiente propício a um discurso extremamente conservador em parcela significativa da sociedade, com um discurso anti-imigrante.

Na América do Sul, o presidente da Argentina Maurício Ma-

cri, recém eleito, vem adotando uma série de medidas que retira direitos sociais e democráticos, além da flexibilização de normas de controle social da economia. Esta onda conservadora atinge também a Venezuela com a eleição de um parlamento majoritariamente conservador. Estes quadros ajudam a elucidar a ação golpista que provocou o afastamento ilegal da presidenta Dilma Rousseff no Brasil.

## Retrocessos no Brasil

No nosso país, infelizmente, se confirmaram as análises que fazíamos sobre a hipertrofia, ou seja, a preponderância, do Poder Legislativo e de parte do Poder Judiciário sobre o Poder Executivo, que impedia a presidenta Dilma Rousseff de governar e impunha a agenda conservadora, em sintonia com os que pretendiam afastá-la do poder. Esta sintonia permanece, agora, já com os golpistas no governo.

As medidas anunciadas pelo governo interino Michel Temer já demonstram o enorme retrocesso que se prenuncia, caso o mesmo permaneça na presidência até 2018. Dentre as diversas medidas podemos listar:

- O PL 241/2016, que reduz gastos sociais;
- O PI 257, que da forma como está redigido prevê o congelamento de salários dos servidores pelo prazo de dois anos;
- Mudanças na Consolidação

das Leis Trabalhistas (CLT) que reduzem os direitos dos trabalhadores, permitindo, por exemplo, a terceirização nas atividades fins;

- Alteração da lei do piso salarial nacional (PSPN), retirando o reajuste anual e introduzindo bônus individuais;
- Transferência para empresas de capital privado de atribuições que hoje são do Estado, através da Petrobrás e subsidiárias.

Estas dentre outras medidas sinalizam a opção deste governo golpista por um modelo de gestão sintonizado com o avanço das forças do capital internacional.

A mídia permanece atuando em favor do golpe, como demonstrou a Folha de S. Paulo, manipulando os resultados da pesquisa do Datafolha, de forma a esconder que 81% da população não quer a permanência de Michel Temer no governo.

## Golpes na Educação

No campo da Educação, Temer quer a **desvinculação dos recursos**, conforme previsão constitucional, de forma que o total de verbas para o setor deverá ser definido ano a ano pelo Congresso Nacional, composto hoje por uma maioria conservadora, vinculada a setores empresariais e descomprometida com a educação pública. De forma mais ampla, Temer definiu que os gastos de todas as áreas serão limitados à inflação do ano ante-

rior. Assim, as áreas sociais (mais onerosas e com despesas fixas, como educação e seguridade social) ficarão virtualmente paralisadas. Para chantagear o Congresso e a sociedade, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, declarou ao jornal Folha de S. Paulo que se este limite não for respeitado, haverá aumento de impostos.

Podemos citar o processo de terceirização de escolas públicas da rede estadual do estado de Goiás, no qual o governador Marconi Perillo (PSDB) já transferiu pelo menos 20% da sua rede para organizações sociais (OSs). No mesmo estado, além de outros, também está em curso a transferência da gestão de escolas públicas para a polícia militar, num processo de militarização das escolas, como se esta fosse a saída para a violência nas escolas.

O golpe dado por Michel Temer no Conselho Nacional de Educação, anulando as nomeações legalmente feitas por Dilma Rousseff em maio e nomeando uma bancada ligada ao ensino privado, faz parte deste processo conservador de apropriação do Estado por grupos que defendem seus próprios interesses e não os direitos da sociedade. Uma das conselheiras nomeadas por Dilma, a presidenta da APEOESP, Maria Izabel de Azevedo Noronha, move processo no Supremo Tribunal Federal pelo direito de tomar posse no CNE. Entidades nacionais que a indicaram e

outros conselheiros que tiveram suas nomeações anuladas estão se movimentando para ingressarem no processo como partes interessadas (“amicus curiae”).

Da mesma forma como em outros países, ocorre o avanço de valores conservadores, no Brasil, paralelo à tentativa de imposição de um modelo de Estado mínimo de exclusão social, as forças mais retrógradas sentem-se mais a vontade para defender suas concepções de homem e sociedade.

### **Em defesa da democracia, contra o impeachment! Fora Temer!**

Nestes primeiros dias de agosto terá continuidade o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal. É impossível prever o desfecho, embora o cenário atual seja francamente favorável aos golpistas. Lembremo-nos que para obter os votos necessários no início do processo, o governo interino liberou reajuste salarial para o judiciário e outros setores do funcionalismo e assumiu compromissos que somam mais de R\$ 50 bilhões. Além disso, vem atendendo pedidos de senadores para nomeação de indicados para postos na administração federal.

Nós, que defendemos a democracia, a legalidade e os avanços conquistados nos últimos anos permanecemos nas ruas. Na passagem da tocha olímpica por todo o Brasil, por exemplo,

sucederam-se manifestações “Fora Temer”. No momento em que escrevemos este Boletim, estão agendadas grandes manifestações nas capitais e grandes cidades do país contra o golpe. Alternativas estão em discussão, como plebiscito e antecipação das eleições, todas tendo como referencial a volta de Dilma ao governo.

Os ataques aos trabalhadores deverão ser intensificados após as Olimpíadas, mas em especial após as eleições municipais em outubro. Neste sentido é importante que os professores estejam atentos exercendo sua cidadania de forma plena, pois as eleições podem ser um importante momento, no qual a eleição de prefeitos e vereadores pode representar um avanço ou um retrocesso aos interesses da classe trabalhadora.

Desta forma, o que está por vir dependerá muito da capacidade de luta e organização das forças comprometidas com os interesses da classe trabalhadora e da defesa da democracia, mas também, da sua capacidade de amear apoio em setores que terão enormes perdas com o projeto capitaneado por estas forças conservadoras.

Portanto, a APEOESP se mantém ao lado da luta contra o golpe, em defesa da democracia. Continuamos a nos manifestar contra a permanência do golpista Temer no governo e assim vamos nos manter, independentemente

do resultado do processo de impeachment, pois não reconhecemos um governo ilegítimo, fruto de um golpe.

Está em discussão entre as centrais sindicais e movimentos

sociais a construção de uma greve geral em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores e devemos participar deste debate, tanto em âmbito geral quanto local.



## II. Campanha Salarial e Educacional

A APEOESP desenvolve uma luta constante em defesa da categoria e da escola pública. Por isso, o governo estadual tenta nos intimidar, utilizando neste momento a ameaça de corte nas consignações, que não se concretizou pela imediata e ampla denúncia que fizemos e pela nossa movimentação junto à SP-PREV e à Secretaria da Fazenda, para que os alegados “problemas técnicos” fossem equacionados. O governo sabe que a nossa força numérica, organizada pelo Sindicato e transformada em mobilização, é poderosa e pode arrancar a conquista de nossas reivindicações.

No momento em que realizamos nossas Reuniões de Representantes, para debater o quadro atual e definir nosso calendário de lutas no segundo semestre de 2016, questões como essas precisam ser levadas em conta para que possamos chegar às melhores propostas. Se do ponto de vista individual precisamos de respostas imediatas para nossas

necessidades salariais e profissionais – o Sindicato precisa lutar cotidianamente para obter a satisfação dessas necessidades - do ponto de vista coletivo é preciso analisar nossa trajetória com perspectiva histórica, para avaliar o quanto avançamos, como avançamos, nossas dificuldades; e o que é preciso alterar para podermos continuar avançando.

### Queremos 16,6% já!

Hoje, temos como reivindicação imediata e central o reajuste de 16,6% para a reposição das perdas salariais acumuladas de julho de 2014 a fevereiro de 2016, com a implementação de uma mesa de negociação permanente para debater o cumprimento da meta 17 dos planos nacional e estadual de educação, ou seja, a equiparação salarial dos professores com os demais profissionais com formação de nível superior.

Na última reunião com o secretário da Educação, no dia 11/7, conseguimos fazer o go-

verno estadual criar um Grupo de Trabalho para debater a implementação da Meta 17 e da jornada do piso.

Entretanto, a luta pela conquista de nossas reivindicações implica em compreender e atuar numa dinâmica que envolve o conjunto de políticas implementadas pelo governo estadual, nas quais a educação pública não é prioridade. Neste sentido, salários, garantia de emprego, carreira, condições de trabalho, enfim, valorização profissional, não figuram como políticas efetivas. Como lutar para alterar esta situação e para conquistar nossas reivindicações?

Ao mesmo tempo que o governo do Estado recusa-se a negociar e atender nossa reivindicação salarial, continua a beneficiar setores empresariais com isenções fiscais, no limite da ilegalidade, corroendo as finanças do Estado. O caso mais recente e escandaloso foi o perdão de uma dívida da ordem de R\$ 116 milhões da empresa

francesa ALSTOM, envolvida no escândalo do metrô.

## **Nossas lutas produzem resultados – breve histórico**

Sempre afirmamos que nossas greves e movimentos nem sempre produzem resultados imediatos. Sobretudo no estado de São Paulo, onde vimos sendo submetidos ao longo de décadas a governos autoritários, incapazes de um diálogo verdadeiramente respeitoso com as entidades, organizações e com a própria sociedade, esta é uma afirmação ainda mais verdadeira. É preciso persistência, organização e, sobretudo, união e mobilização para que se possam conseguir avanços, nem sempre imediatos ou perceptíveis à primeira vista.

Foi assim na greve que realizamos em abril e maio do ano 2000 (duramente reprimida pelo então governador Mário Covas e pela secretária da Educação, Rose Neubauer). Não tendo conquistado resultados imediatos, ela espalhou uma onda de mobilizações ao longo daquele ano, impedindo a imposição da reforma do ensino médio e levando-nos a conquistar a Gratificação por Trabalho Educacional (GTE), mais tarde incorporada aos salários. Nosso movimento conquistou espaço na mídia e levou a população a enxergar com mais clareza a verdadeira natureza das políticas educacionais em vigor.

Em 2008, novamente, fomos à luta e realizamos uma greve de 22 dias, que obrigou o governo estadual a apresentar uma proposta de reajuste de 5% mais a incorporação da GTE (Gratificação de Trabalho Educacional). A greve também forçou a SEE a apresentar mudanças no Decreto 53037, que, entre outras medidas prejudiciais aos professores, previa a realização de um processo seletivo simplificado, de âmbito regional, para os ACTs (admitidos em caráter temporário). As mudanças, entretanto, não atenderam as reivindicações da categoria. A força do movimento levou o Ministério Público do Trabalho a agendar audiência de conciliação sobre a greve. O resultado foi a alteração da prova seletiva que deixou de ser eliminatória, passando a classificatória, e o tempo de serviço passou a ter o mesmo peso que o desempenho na avaliação. A greve e a luta contra a provinha tiveram também reflexos posteriores, levando à exoneração da então secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, em março de 2009.

Em 2010, realizamos uma greve muito difícil, sem perspectivas de negociação e sob duríssima repressão do então governador José Serra, tendo como secretário da Educação Paulo Renato Souza. Não houve conquistas imediatas, mas não há como negar que a forma como o governo estadual fez

aquele enfrentamento contra os professores e a maneira como expusemos nas ruas e em todos os espaços possíveis o que vinha ocorrendo na rede estadual de ensino influenciou diretamente o processo eleitoral (Serra não conseguiu eleger-se presidente da República e posteriormente prefeito de São Paulo) e levou o novo governador, Geraldo Alckmin, a estabelecer uma política salarial para recuperar, em parte, o desgaste de nossos salários.

Em 2013, outra vez nos unimos em uma greve de 33 dias e conseguimos o atendimento total ou parcial de 90% de nossa pauta de reivindicações, sobretudo no que se refere ao concurso, com a abertura de 59 mil vagas para PEB II, que vem sendo preenchidas paulatinamente.

Independentemente do agravamento da crise econômica, esses mais de 20 anos de governos do PSDB no estado de São Paulo significaram arrocho salarial para os professores e baixa qualidade de ensino para os estudantes, agravada pela superlotação das salas de aula, fechamento de classes, proposta de reorganização da rede estadual.

O governo do Estado alega dificuldades orçamentárias para não nos conceder reajuste salarial. No entanto, quando o Brasil vivia um crescimento do PIB da ordem de 7,5%, este crescimento não foi repassado para os nossos salários. Se isto tivesse ocorrido, hoje teríamos mais fôlego para

enfrentar a crise e este governo descomprometido com a educação e com a valorização de seus profissionais. Este governo é péssimo gestor, pois desonera empresas de pagar impostos, prejudicando o financiamento da educação e demais áreas sociais.

No entanto, com o agravamento da crise econômica, a situação da rede estadual de ensino se tornou ainda mais complexa e difícil, pois o governo estadual alega dificuldades orçamentárias para nada conceder e toma medidas que retiram direitos, eliminam postos de trabalho, reduzem programas e projetos, comprometem ainda mais a qualidade do ensino.

Em que pese este cenário difícil, obtivemos no final de 2015 a lei complementar 127/2015, que estendeu para três anos (podendo chegar a 3 anos e 10 meses) os contratos dos professores da categoria O e a edição do decreto do governador que regularizou os direitos deste segmento, em decorrência da nova lei. No Plano Estadual de Educação também conquistamos a estratégia 18.20, que estabelece a obrigação do Estado de criar nova forma de contratação de profissionais da educação temporários, com direitos iguais aos efetivos.

## **O PSDB fragmenta a educação básica e reprime os professores**

O governo estadual do PSDB, desde 1995, fragmentou a edu-

cação básica, por meio da aplicação de medidas pontuais para cada nível e modalidade de ensino que, no seu conjunto, configuram uma política educacional destinada a manter e aprofundar o abismo social que separa a grande maioria da população das camadas mais privilegiadas da nossa sociedade. Ou seja, são políticas destinadas a manter uma escola pública de baixa qualidade para os pobres, para formá-los tão somente nos limites das necessidades do mercado de trabalho. Enquanto isso, os setores que detêm as faixas de renda mais elevadas podem oferecer a seus filhos e filhas o acesso ao ensino privado, de melhor qualidade, onde podem ter acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

A histórica greve de 2015 (a mais longa) realizou-se neste contexto. Tivemos que enfrentar – e ainda enfrentamos – um endurecimento ainda maior do governo do Estado. O Decreto que estabeleceu a política de reajuste zero, em fevereiro de 2015, combinado com outro decreto, que restringe contratações, concursos e até mesmo a convocação de aprovados em concursos já realizados, são parte deste endurecimento. Ele se revelou também no corte de nossos salários durante a greve (tendo sido o governo derrotado pela APEOESP no Supremo Tribunal Federal e obrigado a pagar os salários), na proibição de ingresso de comandos de greve nas escolas e de

ocupações de avenidas e rodovias com multas de R\$ 100.000,00 em cada ocorrência e outras medidas.

## **A reorganização continua e nossa luta também**

Como parte deste mesmo projeto – de jogar sobre os profissionais da educação, a comunidade escolar e os trabalhadores o ônus da crise – o governo tentou implementar a reorganização da rede estadual de ensino, com fechamento de 94 escolas e “reorganização” de outras 754. Enfrentando todas as dificuldades, professores, estudantes, pais, funcionários, movimentos sociais se uniram e derrotaram o governo. Primeiro, forçando-o a recuar e, depois, em sintonia com o Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, obtendo sentença judicial que mandou suspender o programa.

Se queremos fazer um balanço correto deste movimento, para continuar lutando na mesma perspectiva, é preciso assinalar mais uma vez que a APEOESP reagiu prontamente ao anúncio da reorganização, enfrentou o secretário da Educação no Conselho Estadual de Educação, criou o Grito pela Educação Pública de Qualidade, organizou manifestações, atos e assembleias e, por meio de 1,5 milhão de cartilhas, inserções na TV e outros meios, conseguiu transmitir à população o que estava por trás da iniciativa do governo. As ocupações das escolas, que ocorreram a partir



de novembro, foram importantes para dar um novo impulso e maior visibilidade à luta que vinha se desenvolvendo desde a segunda quinzena de setembro.

A APEOESP manteve-se atenta e logo nos primeiros dias de 2016 passou a denunciar que o governo continuava fechando classes. Nosso Sindicato lançou a expressão “reorganização silenciosa”, hoje amplamente utilizada também como “reorganização velada” ou “disfarçada”. Com base nas informações de nossas subseções, assim como ocorrera no final de 2015, divulgamos para toda a sociedade as classes que estavam sendo fechadas, as escolas, as regiões, permitindo que a mídia pudesse questionar o governo com base em dados concretos, bem como ao Ministério Público e à Justiça exigir da Secretaria da Educação o cumprimento da decisão judicial que impede a reorganização.

## **Juiza decide extinguir processo**

A juíza Carmen Cristina F. Teixeira e Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu de forma monocrática extinguir a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na qual a APEOESP figura como parte interessada, contra o fechamento de escolas e classes e a reorganização da rede estadual de ensino. Ela também deixa de tomar qualquer medida

contra a “reorganização silenciosa” atualmente em curso no estado.

A julgar pela sentença da juíza, o governador Alckmin ficaria livre para tomar medidas autoritárias, desorganizar a rede, prejudicar professores, estudantes e suas famílias e descumprir o preceito legal da gestão democrática, previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação.

O Ministério Público, a Defensoria Pública e a APEOESP estão preparando recursos contra a decisão da juíza, pois não podemos admitir que o Poder Judiciário se omita diante deste ataque à escola pública estadual.

Diante do fato novo, a APEOESP retomará a articulação do movimento contra a reorganização da rede estadual de ensino, por meio do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo e diálogo com todas as demais entidades, instituições e movimentos que se opõem a este ataque de Geraldo Alckmin à escola pública.

## **Debater os desafios e construir um calendário de lutas**

Realizar esta análise é importante neste momento, em primeiro lugar para que coloquemos de forma correta o papel que nós, professores e professoras, juntamente com outras entidades e movimentos, temos desempe-

nhado. Em segundo lugar, para que possamos avaliar adequadamente o momento que vivemos, suas dificuldades e seus desafios, para que tenhamos a consciência de que é necessária uma forte mobilização pelo atendimento de nossas reivindicações.

Uma categoria valorosa, que tem enfrentado e vencido tantos obstáculos, não pode se curvar diante de um projeto educacional tão autoritário. É tarefa de cada diretor(a), conselheiro(a) e representante convencer e mobilizar professores e professoras nas escolas e nas regiões. Com paciência, mas também com firmeza, devemos combater a ideia de que um sindicato deveria ser capaz de resolver todas as questões independentemente do grau de mobilização. Cabe à direção do sindicato representar, negociar, pressionar e, eventualmente, acionar o poder judiciário em defesa da categoria, mas principalmente cabe-lhe organizar as lutas e convocar as mobilizações da categoria nos momentos em que somente ela, unida, nas ruas, pode conquistar as reivindicações. Diante deste governo, este é o caminho.

### **Plano Estadual de Educação agora é lei**

No dia 7 de julho de 2016 o governador do Estado de São Paulo sancionou a Lei nº 16.279/2016 (Plano Estadual de Educação) com um veto, no artigo 8º, que trata da lei específica

sobre a gestão democrática, alegando que havia mantida como data de referência a publicação do Plano Nacional de Educação e que, portanto, o prazo estaria vencido. Entretanto, a justificativa do veto ressalva que o plano mantém a exigência de que haja gestão democrática.

Devemos verificar também que o PEE tem uma meta específica (meta 19) para tratar da gestão democrática. Além disso, os dispositivos que tratam do tema no PNE, inclusive o que exige legislação específica sobre essa questão, tem validade para todos os entes federados. O veto ainda pode ser derrubado pela Assembleia Legislativa.

A partir de agora o estado de São Paulo possui um Plano Estadual de Educação, com metas e estratégias importantíssimas para a melhoria da qualidade da educação. Vamos lutar e cobrar de todos os governos estaduais durante a vigência do plano (até 2026) a implementação de cada uma delas.

Lembramos sempre que o resultado final decorreu de muita luta dos professores, intensificada a partir da histórica greve de 92 dias realizada de março a junho de 2015 e ampliada com estudantes, pais, funcionários e movimentos sociais, com a criação do Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo. Foram realizadas muitas manifestações, mobili-

zações na Alesp, reuniões com lideranças partidárias, audiências públicas e outras ações, pois o governo do Estado havia modificado substancialmente a proposta do Fórum Estadual de Educação. Neste processo, conseguimos recuperar as questões mais essenciais da proposta original.

A APEOESP manteve sempre o PEE em sua pauta e fez constantes gestões na Alesp e na SEE para que fossem incorporadas ao projeto em tramitação as propostas originais do Fórum.

No Plano Estadual de Educação, destacamos:

- Criação do Sistema Estadual de Educação.
- Gestão democrática, retirando-se e menção à meritocracia.
- Equiparação salarial do magistério com demais profissionais com formação equivalente (meta 17), no prazo de seis anos.
- Nova carreira que valorize o trabalho e a experiência dos profissionais da educação.
- Promover o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva por meio de incentivos incorporáveis aos salários.
- Implantação da jornada do piso.
- Revisão anual dos salários.
- Ampliar as fontes de financiamento a partir de propostas de alteração no sistema tri-

butário, que permitam maior disponibilização de recursos para a educação e assegurem maior justiça social, aplicando de forma efetiva e transparente os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

- Custo-aluno-qualidade.
- Adequação, até 2020, da relação numérica professor-estudantes nas classes, de acordo com padrões sanitários, técnicos e diretrizes pedagógicas, níveis e modalidades de ensino e inclusão de estudantes com necessidades especiais.
- Universalização do ensino médio.
- Assegurar, até a vigência deste plano, a toda a população acima de 18 anos que tenha concluído o Ensino Fundamental, acesso ao Ensino Médio, público, gratuito e de qualidade.
- Retirada das metas 21 e 22, respectivamente sobre a municipalização do ensino e flexibilização curricular do ensino médio, passando a formação para os funcionários das escolas a ser a meta 21. Também foram retiradas todas as menções à lei de Responsabilidade Fiscal em todo o texto do Plano Estadual de Educação.

## **Publicações sobre o Plano**

A edição de julho do Jornal

da APEOESP aborda o Plano Estadual de Educação. Também foi distribuída às subsedes uma publicação que mostrará a evolução do PEE, entre a proposta do governo e a lei final.

## Universalização do ensino médio já!

Uma conquista importante no Plano Estadual de Educação é a meta 3, que prevê “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).”

O PEE também prevê:

- “Garantir a oferta pública e a qualidade do ensino médio noturno, em suas diferentes modalidades, a todos os jovens e adultos, inclusive com a garantia da oferta de alimentação escolar”. (Estratégia 3.4)
- “Assegurar, até a vigência deste plano, a toda a população acima de 18 anos que tenha concluído o ensino fundamental, acesso ao ensino médio, público, gratuito e de qualidade.” (Estratégia 9.18)

Entretanto, o governo do Estado está realizando uma “reorganização silenciosa”. No noturno, o fechamento fez com que mais de 270 mil

estudantes, de acordo com dados da própria SEE, abandonassem a escola, deixando de ingressar ou frequentar o ensino médio na idade certa. Resta-lhes como alternativa a Educação de Jovens e Adultos; porém, o Estado também vem fechando classes de EJA.

Temos que intensificar nossa luta para que a Secretaria da Educação desmembre e reabra classes, sobretudo no período noturno, e para tornar realidade as metas e estratégias do PEE.

## APEOESP e entidades criam Fórum pela saúde dos servidores – em defesa do IAMSPE

No dia 26/7, realizamos na Sede Central da APEOESP uma webconferência, que contou com a presença das seguintes entidades: APEOESP, AFUSE, APASE, AFIAMSPE, SINDSAUDE/SP (representado pela AFIAMSPE), CPP.

As entidades se pronunciaram contra a proposta de projeto de lei do governo Estadual que propõe transformar o IAMSPE em autarquia especial, o mesmo que o movimento já havia conseguido paralisar em 2013.

Ao final dos debates, as entidades presentes à webconferência aprovaram que irão comparecer à Assembleia Legislativa no dia 9/8 para solicitar ao Colégio de Líderes

a convocação de audiência pública para tratar do IAMSPE. Também foi indicada a proposta de convocação de um grande ato público, com todo o funcionalismo, em data a ser definida, em defesa do IAMSPE, contra o projeto do governo e em defesa dos direitos e reivindicações dos servidores em relação à saúde.

Precisamos nos manter mobilizados para que o IAMSPE corresponda a nossas necessidades e para que, nas escolas e demais locais de trabalho, tenhamos asseguradas as condições necessárias ao desenvolvimento de nossas atividades, preservando a nossa saúde.

Foi criada uma página do Fórum no Facebook ([fb.me/saudeiamspe](https://fb.me/saudeiamspe)), onde as subsedes da APEOESP e todos os professores e professoras, além das demais entidades e categorias, podem postar denúncias, propostas, dúvidas e sugestões quanto ao IAMSPE e à saúde dos servidores de forma geral.

## Absurdo: a UNIMED quer aumentar o preço dos planos de saúde em 19%. Não vamos aceitar!

Como se já não bastasse o abusivo aumento de 32% aplicado sobre as mensalidades do plano de saúde dos associados da APEOESP em 2015, a UNIMED está pressionando o Sindicato a aceitar um novo reajuste de 19%. É inaceitável! Nossa categoria está sem reajuste salarial desde 2014 e não

tem condições de arcar com mais este reajuste.

Estamos agendando reunião com o convênio para dizer-lhes a nossa posição e estamos também convocando uma assembleia de associados conveniados da UNIMED para o dia 12 de agosto, das 15 às 17 horas, na Sede Central da APEOESP, para deliberar sobre que rumo tomar neste caso.

Temos que buscar alternativas viáveis, a custos mais baratos para os nossos associados, sem desistir de uma negociação que contemple nossas necessidades.

A APEOESP luta por saúde pública de qualidade para todos e todas. Oferecemos para os que desejam a opção pelo plano de saúde privado em atendimento a reivindicações de parte dos nossos associados, mas não concordamos absolutamente com esta exploração que querem nos impor.

## **Cala a boca não! Pela pluralidade de ideias e concepções pedagógicas**

A onda conservadora existente hoje no Brasil e no mundo vem afetando diretamente a educação brasileira.

Entre outras iniciativas, no âmbito de um Congresso Nacional com a composição mais conserva-

dora desde 1964, situação que se reproduz em grande parte dos parlamentos estaduais e municipais, o movimento autodenominado “escola sem partido” propõe projetos de lei que subvertem princípios da educação brasileira estabelecidos nos artigo 206 da Constituição Federal, o qual determina:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, (...);”

### **Falsa neutralidade, autoritarismo e escola de “partido único”**

O movimento “escola sem partido” tenta estabelecer uma gestão autoritária nas nossas escolas, na qual o diálogo entre pais e professores é substituído pela opressão, assédio, censura, delação e punição aos profissionais da educação.

Este movimento apela ao senso comum, como forma de ludibriar a sociedade. Se é verdade que nenhum de nós é favorável à “partidarização” do processo educativo, também é verdade que a imposição de um projeto como o da “escola sem partido” significará que a liberdade de cátedra do professor, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e

divulgar o pensamento, a arte e o saber serão substituídas por uma suposta “neutralidade” que, na prática, significa a imposição de um pensamento único, qual seja, o pensamento do partido que está no poder, que comanda a política educacional daquele sistema educacional ou rede de ensino.

Como nos ensina Paulo Freire, “Não existe educação neutra, toda neutralidade afirmada é uma opção escondida”. Ou seja, a neutralidade é, em si, também uma tomada de posição, nem sempre explícita, que possa ser debatida. O debate pedagógico, as opções metodológicas, as escolhas, tudo isso envolve posicionamentos que não podem ser confundidos com posições partidárias. A escola deve formar os estudantes para que possam fazer suas escolhas, venham ou não a aderir a partidos políticos.

### **MPF: projeto é inconstitucional**

Por meio de nota técnica encaminhada ao Senado Federal, o Ministério Público Federal apontou a inconstitucionalidade do projeto de lei 867/2015, que inclui o “Programa Escola sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação nacional.

Para a procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat, responsável pela nota, o PL “nasce marcado pela inconstitucionalidade”. Diz ainda que, sob o pretexto de defender princípios como a “neutralidade política,

ideológica e religiosa do Estado”, assim como o “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”, o Programa Escola sem Partido coloca o professor em constante vigilância, principalmente para “evitar que afronte as convicções morais dos pais”.

Também a Procuradoria Geral da República manifestou posicionamento no mesmo sentido.

## **Queremos gestão democrática, liberdade, pluralidade**

Obviamente, defendemos a participação dos pais na vida escolar de seus filhos e na gestão da escola, por meio dos conselhos de escola. Defendemos o diálogo das famílias com os professores, pois esta é uma forma participativa e democrática de fazer com que avance a qualidade do ensino e para que a escola possa cumprir sua função social, que é a de formar cidadãos e cidadãs conscientes da realidade em que vivem e capacitados a transformá-la.

Para que os estudantes consigam refletir criticamente sobre a sua realidade, é fundamental que a escola seja um espaço de debate e reflexão. A escola é o espaço da ciência, do conhecimento e da busca de novos conhecimentos. Isto supõe a existência de uma relação dialógica entre o educando e o educador e de ambos com o seu meio.

Um professor não pode ser proibido de comentar os fatos que estão ocorrendo ou de fazer uma

abordagem política de fatos históricos. Do contrário, será praticamente impossível ministrar aulas sobre acontecimentos como a Revolução Francesa, a ascensão e queda do império romano ou até mesmo contextualizar obras da literatura brasileira e universal. Ao abordar tais acontecimentos, obviamente o professor emitirá a sua opinião, mas deve assegurar o espaço para o debate e a contradição, pois assim se forma a consciência crítica de nossos jovens.

## **Construir um amplo movimento**

Todos nós, professores, estudantes, funcionários das escolas, especialistas em educação, lideranças de movimentos e organizações da sociedade civil organizada, cidadãos e cidadãs, devemos enfrentar abertamente este debate e nos colocar frontalmente contra este tipo de projeto antidemocrático e anti-educativo.

Por isso, a APEOESP tomou a iniciativa de reunir as entidades que participam do Grito pela Educação Pública no Estado de São Paulo no dia 26/7 para discutir este tema. Posteriormente, a Diretoria Executiva do Sindicato aprofundou a discussão no dia 28/7, definindo encaminhamentos e pontuando algumas questões para debate nas reuniões de representantes.

## **Encaminhamentos definidos:**

- Publicar documento contra o

projeto “escola sem partido” e em defesa dos princípios constitucionais da educação brasileira.

- Publicar cartilha sobre o tema.
- Publicar panfleto.
- Confeccionar adesivo.
- Realizar webconferência sobre o tema no dia 11/8.
- Realizar aula pública no dia 16/8.
- Solicitar reunião com o Secretário Estadual da Educação para que promova um dia de debates nas escolas estaduais sobre este tema.
- Cobrar da Assembleia Legislativa a realização de audiência pública sobre esta questão, tendo em vista a tramitação de projetos de lei com este teor naquela Casa.

## **Empréstimo consignado para os professores**

Buscando viabilizar aos professores que necessitem condições mais favoráveis para empréstimos consignados, a Diretoria da APEOESP estabeleceu negociações com o Banco Santander, que oferece aos associados da APEOESP condições especiais, como uma taxa de juros de 2% a.m. e a aprovação de propostas mesmo que a pessoa esteja com o nome negativado junto ao SPC e Serasa. O banco também analisa a possibilidade de atender os professores não-efetivos, em condições

especiais. Além disso, propõe oferecer uma maior margem de comprometimento do salário, dependendo da situação de cada professor.

Este ponto deverá ser debatido nas Reuniões de Representantes, tendo em vista que o assunto deverá ser objeto de deliberação no CER. Os relatórios devem conter o posicionamento majoritário das reuniões de REs para subsidiar a decisão do CER.

## V Conferência Estadual de Mulheres

Nos dias 12 e 13 de agosto, a APEOESP realizará sua V Conferência de Mulheres, com o tema **Mulheres da APEOESP em defesa da democracia**.

As Reuniões de Representantes devem eleger suas delegações, de acordo com a tabela contida em boletim encaminhado às subsedes pela Secretaria para Assuntos das Mulheres do Sindicato.

Mais informações podem ser obtidas junto à Secretaria para Assuntos das Mulheres do Sindicato.

## Questões para deliberar

Considerando os textos publicados neste Boletim, as Reuniões de Representantes devem se posicionar em relação aos seguintes temas:

### I) Questões administrativas/serviços aos associados

- a) posicionamento sobre convênio para a oferta de empréstimo consignado aos professores.
- b) Plano de saúde:
  - Pesquisar em suas regiões a existência de planos de saúde que possam atender nossos associados com qualidade a preços mais adequados, buscando realizar negociações neste sentido, propondo-as à Presidência da APEOESP.
  - Debater a situação, propor alternativas e convocar professores e professoras conveniados(as) à UNIMED para a assembleia específica do dia 12/08, na Sede Central da APEOESP.

### II) Campanhas

#### Calendário

- a) 11/8 – webconferência sobre “escola sem partido”.
- b) 16/8 – audiência pública sobre “escola sem partido”:
  - Na capital, será realizada na Praça Roosevelt.
  - Nas regiões, as subsedes decidem os locais a realizar as audiências públicas – há indicativos para que sejam realizadas em frente às escolas que foram ocupadas, ameaçadas de fechamento ou de reorganização; em frente às câmaras municipais; em frente às diretorias de ensino.
- c) 26/8 - data indicativa para a assembleia estadual.
- d) Propostas de data para a realização de um grande ato

público em defesa da saúde dos professores e do IAMSPE no Palácio dos Bandeirantes.

- d) Outras propostas para o calendário de mobilizações.

### III) Outras questões

- a) Propostas de iniciativas para pressionar o governo estadual a negociar e atender nossas reivindicações.
- b) Plano Estadual de Educação:
  - Divulgar nas escolas e nas regiões o Plano Estadual de Educação, dialogando com os professores e professoras e também com demais segmentos da comunidade escolar sobre a necessidade de nos mobilizarmos para que suas metas e estratégias sejam implementadas.
  - Organizar debates, encontros, rodas de conversa para aprofundar o debate sobre o PEE.
- c) Reorganização/ensino médio:
  - Continuar informando a Sede Central sobre todos os fechamentos de classes que venham ocorrendo em suas regiões. Denunciar nas mídias locais e regionais.
  - Organizar junto às comunidades levantamentos de demandas por vagas no ensino médio (noturno e diurno), encaminhando-as à Diretoria de Ensino, com cópia para a Sede Central.
  - Realizar atividades de pressão junto às diretorias de ensino para o desmembramento de classes e abertura de novas classes no ensino médio e educação de jovens e adultos.

d) IAMSPE/Saúde dos professores

- Que as subsedes levantem e informem à Sede Central (Presidência, com cópia para a Secretaria de Políticas Sociais) todos os problemas e deficiências encontradas no atendimento do IAMSPE nas regiões.
- Que sejam relatados à Sede Central os problemas verificados em relação ao atendimento do DPME.
- Reproduzir, divulgar e debater com os professores o panfleto que segue anexo.
- Que os REs debatam e definam outras propostas em relação à saúde dos professores.
- Que sejam intensificadas ações nas regiões no sentido de fortalecimento dos CEAMAS e para cobrar do IAMSPE mais descentralização e mais qualidade no atendimento aos beneficiários do Instituto.

e) “Escola sem partido”

- Debater nas escolas o movimento “escola sem partido”, em defesa da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas e da liberdade de expressão, utilizando a cartilha que será publicada.
- Realizar panfletagens nas escolas e locais de grande concentração popular utilizando o documento que será publicado.
- Organizar iniciativas regionais contra o projeto “escola sem partido”.

f) Eleição das delegações à V Conferência Estadual de Mulheres da APEOESP.

## **APEOESP sempre na luta em defesa da saúde**

*Queremos um IAMSPE com qualidade sob controle dos servidores*

*Entenda as diferenças entre as propostas do governo e das entidades do funcionalismo*

Para a APEOESP, a luta pela saúde das professoras e dos professores sempre foi prioridade.

Lutamos para que sejam asseguradas condições de trabalho e políticas de prevenção ao adoecimento da nossa categoria, submetida a longas jornadas de trabalho, assédio moral e pressões.

Neste sentido, foi muito importante termos conquistado a introdução da estratégia 17.9 no Plano Estadual de Educação, pela qual devem ser instituídas nas escolas comissões paritárias prevendo a participação de todos os atores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas públicas voltadas ao bom desempenho profissional e à qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade.

Ao mesmo tempo, lutamos para que o IAMSPE seja fortalecido e para que o Estado cumpra a lei, alocando no Instituto a sua cota-parte de 2% sobre a folha de pagamento, assim como fazem os servidores, que hoje praticamente sustentam sozinhos o IAMSPE. Temos realizado constantes campanhas, em conjunto com outras entidades do funcionalismo, para que seja melhorado o atendimento, bem como descentralizado, para que as professoras e os professores possam ser atendidos, com qualidade, em suas regiões. O IAMSPE é dos servidores públicos, por eles sustentado e, portanto, deve ser gerido também pelos servidores públicos estaduais.

Neste momento, estamos atuando em parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo, na pessoa da promotora Dora Martin Strilicherk, que prepara ação judicial para que o IAMSPE atenda com maior agilidade e melhor qualidade os seus conveniados.

A APEOESP e demais entidades se opõe ao projeto de lei do governo, entre outras razões, porque:

- Prevê terceirização dos serviços, por meio de organizações sociais.
- Prevê o atendimento a clientes de convênios médicos privados, eventuais cobranças de atendimentos, atendimentos diferenciados no Hospital do Servidor e outras instâncias do IAMSPE.
- Não garante plenamente o direito de cirurgias aos beneficiários.
- Prevê contratações pelo regime de CLT, gerando diferenciações dentro do mesmo órgão.
- Prevê a possibilidade de utilização de recursos orçamentários do IAMSPE para outras finalidades, por meio de programas, sem controle.
- Prevê cessão de imóveis, espaços e equipamentos a terceiros.

# Boletim

# CR/RR

AGOSTO/2014



# expediente

## Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira  
*Secretário Geral*

Fábio Santos Silva  
*Secretário Geral Adjunto*

## Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido  
*Secretário de Comunicações*

Sílvio de Souza  
*Secretário de Comunicações Adjunto*

## Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha  
Fábio Santos de Moraes  
Roberto Guido  
Sílvio de Souza  
Leandro Alves Oliveira  
Fábio Santos Silva  
Rita de Cássia Cardoso  
Ezio Expedito F. Lima  
Luiz Gonzaga José  
Maria Sufaneide Rodrigues  
Francisco de Assis Ferreira  
Solange A. Benedeti Penha  
(Afastada)

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Filiado à **CNE** e **CUT**

[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[secgeral@apeoesp.org.br](mailto:secgeral@apeoesp.org.br)

Praça da República, 282  
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125  
CEP 01045-000 • Capital, SP

## DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2014/2017

**DIRETORIA EXECUTIVA:** *Presidenta:* Maria Izabel Azevedo Noronha; *Vice-Presidente:* Fábio Santos de Moraes; *Secretário Geral:* Leandro Alves Oliveira; *Secretário Geral Adjunto:* Fábio Santos Silva; *Secretário de Finanças:* Luiz Gonzaga José; *Secretária de Finanças Adjunta:* Maria Sufaneide Rodrigues; *Secretário de Administração:* Odimar Silva; *Secretária de Administração Adjunta:* Maria José Carvalho Cunha; *Secretária de Patrimônio:* Miguel Noel Meirelles; *Secretária de Patrimônio Adjunta:* Tereza Cristina Moreira da Silva; *Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:* Francisca Pereira da Rocha Seixas; *Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:* Richard Araujo; *Secretário de Comunicações:* Roberto Guido; *Secretário de Comunicações Adjunto:* Sílvio de Souza; *Secretária de Formação:* Zenaide Honório; *Secretário de Formação Adjunto:* Paulo José das Neves (Afastado); *Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:* Francisco de Assis Ferreira; *Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:* Solange A. Benedeti Penha (Afastada); *Secretário de Política Sindical:* Moacyr Américo da Silva (Afastado); *Secretária de Política Sindical Adjunta:* Ozani Martiniano de Souza; *Secretária de Políticas Sociais:* Rita de Cássia Cardoso; *Secretário de Políticas Sociais Adjunto:* Ezio Expedito Ferreira Lima; *Secretária para Assuntos de Aposentados:* Ana Lúcia Santos Cugler; *Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:* Fátima da Silva Fernandes; *Secretária para Assuntos da Mulher:* Suely Fátima de Oliveira; *Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:* Eliana Nunes dos Santos; *Secretária para Assuntos Municipais:* Nilceia Fleury Victorino; *Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:* Mara Cristina de Almeida; *Secretária Geral de Organização:* Cilene Maria Obici; *Secretária de Organização para a Capital:* Silvana Soares de Assis; *Secretário de Organização para a Grande São Paulo:* Stenio Matheus de Moraes Lima; *Secretária de Organização para o Interior:* Jorge Leonardo Paz (Afastado); *Secretária de Organização para o Interior:* Paula Cristina Oliveira Penha; *Secretário de Organização para o Interior:* Sergio Martins da Cunha; *Secretária de Organização para o Interior:* Sonia Maria Maciel.

**DIRETORIA ESTADUAL:** Ademar De Assis Camelo; Alexandre Tardelli Genesi; Alfredo Andrade da Silva; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho (Afastado); Andressa de Sousa R. Mesko; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Arioaldo de Camargo; Ary Neves Da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes (Afastado); Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudelício dos Reis; Claudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Danilo Giacometti Paris; Decio Alves Da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa (Afastado); Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte (Afastado); Fabiana Ribeiro da Silva; Fábio Henrique Granados Sardinha (Afastado); Fláudio Azevedo Limas (Afastado); Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Gláucia de Fátima Rodrigues; Idenilde de Almeida Conceição; Janaina Rodrigues Prazeres; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto (Afastado); José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Jucinaldo Souza Azevedo (Afastado); Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteadinho (Afastado); Luiz Antonio Nunes da Horta (Afastado); Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Maíra Machado Rodrigues (Afastado); Marcos César da Costa; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha (Afastada); Maria Lúcia Ambrosio Orlandi; Maria Margarete da Silva Oliveira; Mariana Coelho Rosa; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Orivaldo Felício (Afastado); Pedro Alberto V. de Oliveira; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembegue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Ronaldi Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia (Afastado); Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva (Afastada); Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Teresinha de Jesus Sousa Martin (Afastada); Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira (Afastado); Vera Lucia Zirnberger (Afastada) e Wilson Augusto Fiuza Frazao.